

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXVI • Nº 271 • Brasília-DF • Dezembro-2004  
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

KAIOWÁ E NHANDEVA

*Contra a violência do latifúndio*

## A SABEDORIA DA PAZ

Foto: Egon Heck

Mulher Guarani durante Aty Guassu Nhandeva e Kaiowá (MS)



**Violências e Providências  
na Raposa Serra do Sol**

*Página 4*

**Dez mil unidos em  
defesa da Terra e Água**

*Páginas 8 e 9*

# Delcídio e Genocídio

**L**embramos bem da expressão dramática de um líder Kaingang, da terra indígena Nonoai, no Rio Grande do Sul, que, ao ver cada dia seu povo mais acuado e sofrendo toda sorte de pressões e violências, disse simplesmente aos brancos responsáveis por aquela situação: "olha, se quiserem continuar assim, nos matando devagarinho, é muito melhor vocês mandarem fazer uma vala bem grande, nos coloquem em fileira, nos fuzilem e enterrem aí". Eram os idos de 1977, em pleno "milagre brasileiro", quando a economia chegou a crescer em média 10% ao ano. No ano seguinte, os Guarani, da Terra Indígena Rio das Cobras, no Paraná, recobram as forças e começaram a expulsar centenas de invasores. Foi o início do processo dos Kaingang e Guarani dos quatro estados do Sul do país, de colocar milhares de famílias de invasores para fora de suas terras demarcadas.

Estava também em curso nessa época a intenção do governo militar de resolver o "problema indígena", acabando com os índios, ou seja, emancipando-os, o que significaria que eles deixariam de ser índios. E assim o problema estaria

resolvido com uma canetada. E, na verdade, o que se pretendia era não demarcar e garantir as terras indígenas, ao contrário, liberá-las para "atividades especulativas ou produtivas". Quem estava à frente do processo era o general Rangel Reis. Os índios reagiram, mobilizaram-se. Em 1978 o projeto foi definitivamente arquivado.

Passou-se um quarto de século, o mundo deu muitas voltas e a história parece se repetir. As terras indígenas, ao invés de terem sido demarcadas e na posse dos índios, continuam, em grande parte, em poder de latifundiários, do agronegócio ou de pequenos produtores jogados sobre essas terras pela omissão ou atuação inescrupulosa de órgãos do governo. A situação em muitas regiões é dramática, como é o caso do Mato Grosso do Sul. E é exatamente ali que surge a nova investida contra as terras indígenas. O projeto de lei do senador Delcídio do Amaral e outros, é a nova versão do não reconhecimento das terras indígenas. Qualquer cidadão de bom senso consegue ver que a forma de tratar o reconhecimento das terras indígenas colocada neste projeto de lei - nº 188 de 2004 -

representa, na prática, o não reconhecimento do direito dos povos indígenas às suas terras, pois a maior parte das terras não tem seu processo de regularização concluído. E certamente não o terão caso esse projeto seja aprovado pelo Senado.

É importante lembrar que em julho deste ano mais de 700 indígenas se reuniram em Campo Grande (MS), para debater e questionar o relatório da Comissão do Senado, que se transformou nesse projeto de lei. Naquela ocasião, o senador Delcídio se comprometeu a rever o relatório a partir dos questionamentos levantados pelos índios. Engodo. O relatório permaneceu o mesmo e agora ameaça se transformar em instrumento de cassação de terras indígenas em processo de regularização e impedimento de novas demarcações.

No tempo da ditadura e do dito milagre econômico, o projeto de emancipação foi chamado de genocídio. Agora, que o PT tem a presidência da república e o governo do estado, o que dizer do projeto de lei de Delcídio, um senador do PT?

*Cimi*  
Conselho Indigenista Missionário



## O defensor dos latifundiários

O governador do estado do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, afirmou aos jornais em dezembro que os fazendeiros estão "desesperados, apreensivos e vivem um drama" com relação às retomadas feitas pelos índios.

Preocupado com os "pobres" latifundiários, o governador colocou a Polícia Militar à disposição do Ministério da Justiça para investigar o que segundo ele seria um incentivo das ONGs para as retomadas.

Apesar da maciça votação dos índios em Zeca, seu alinhamento com as forças antiindígenas não surpreende. Este ano o governador já declarou seu apoio à candidatura do senador Delcídio Amaral (PT) - hoje, um dos que mais se empenha para barrar os direitos dos povos indígenas no Senado, ao governo do estado.

## Natal ao contrário

Depois de se comprometer em junho, num encontro com os índios do seu estado, Mato Grosso do Sul, na defesa de seus direitos, o senador Delcídio Amaral surpreendeu a todos encaminhando para o Senado o Projeto de Lei 188. Um presente de natal que não agradou o movimento indígena.

Como resposta o movimento indígena de seu estado fez uma manifestação em frente ao seu escritório, em Campo Grande.

## Delcídio irônico

Usando de ironia, o senador Delcídio Amaral afirmou no Plenário do Senado, no dia 13 de dezembro, que "Ninguém, recebeu delegação de Deus para defender as etnias indígenas". Isso pode até ser verdade, mas fica a pergunta: os antiindígenas recebem delegação de quem para atuar contra os povos indígenas?

MARIOSAM



**PO RANTIM**  
Edição fechada em 15/12/2004  
Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

ISSN 0102-0625

**Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.**

**Dom Gianfranco Masserdotti**  
PRESIDENTE

**Cristiano Navarro**  
RP 32374/144/35/SP  
EDITOR

Redatora:  
**Priscila D. Carvalho**

**CONSELHO DE REDAÇÃO**  
Antônio C. Queiroz  
Benedito Prezia  
Egon Heck  
Nello Ruffaldi  
Paulo Guimarães  
Paulo Maldos  
Paulo Suess

**Editoração eletrônica:**  
Sapiens Comunicação/  
Licurgo S. Botelho  
(61) 248-1810

**Revisão:**  
Leda Bosi

**Impressão:**  
Gráfica Terra  
(61) 225-8002

**Administração:**  
Dadir de Jesus Costa

**Redação e Administração:**  
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310  
Caixa Postal 03.679  
CEP 70.084-970 - Brasília-DF  
Tel: (61) 322-7582  
Fax: (61) 225-9401  
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br  
Cimi Internet: www.cimi.org.br  
Registro nº 4,  
Port. 48.920,  
Cartório do 2º Ofício  
de Registro Civil - Brasília

**Faça sua assinatura,**  
enviando cheque ou  
vale postal em nome de  
CIMI-PORANTIM

**PREÇOS:**  
Ass. anual: R\$ 30,00  
Ass. de apoio: R\$ 50,00  
América latina: US\$ 25,00  
Outros Países: US\$ 40,00

**Permitimos a reprodução de nossas matérias e artigos, desde que citada a fonte. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.**



# Manifesto dos Povos Indígenas na Conferência Nacional Terra e Água

*Documento lido durante a Conferência que reuniu 10 mil militantes do campo em Brasília*

**N**ós, representantes de 35 povos indígenas presentes na Conferência Nacional Terra e Água, manifestamos nossa insatisfação com a política indigenista do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que esta tem se pautado pela omissão diante das violências praticadas contra nossos povos, pela negligência aos nossos direitos constitucionais e a falta de interesse em estabelecer um processo de diálogo para a estruturação de uma nova política indigenista. Pelo contrário, o governo promove e incentiva a criação de comissões para discutir e pensar políticas para os povos indígenas, compostas por pessoas e autoridades que se manifestam contrárias aos nossos direitos constitucionais.

Em nossas comunidades existia muita esperança no atual governo, porque este tinha, antes de eleito, relações e compromissos históricos com a defesa dos nossos direitos, de modo especial, o direito à demarcação e proteção das terras. Durante décadas nos relacionamos com o Partido dos Trabalhadores e este sempre se colocou na defesa intransigente da causa indígena. Tínhamos nos seus parlamentares aliados importantes dentro do Congresso Nacional e acreditávamos que depois da eleição de Lula nós manteríamos a mesma interlocução na discussão e implementação de nossas propostas, de modo especial a que regulamentará a Constituição Federal através de um novo Estatuto dos Povos Indígenas.

Passados quase dois anos deste governo, nos sentimos traídos porque as terras não estão sendo demarcadas, conforme promessas e compromissos de campanha. Pelo contrário, existe uma política explícita de revisão de demarcações já concluídas e até de redução de áreas demarcadas, como o que aconteceu com a terra Baú, do

Povo Kayapó, no estado do Pará. Nos sentimos traídos porque no atual governo a violência contra lideranças, comunidades e povos tem aumentado assustadoramente. Nestes dois últimos anos 40 pessoas foram assassinadas, na grande maioria em função da luta pela terra. Fazendeiros, garimpeiros, grileiros, madeireiros e arroteiros, sentindo a falta de interesse do governo em solucionar os problemas indígenas se articulam e promovem invasões sistemáticas em nossas terras, saqueando as nossas riquezas, destruindo nossas matas, poluindo e envenenando nossos rios e lagos, devastando a nossa biodiversidade, destruindo nossas culturas e matando nossa gente.

São inúmeros os exemplos destas invasões. Destacamos neste manifesto, a invasão de milhares de garimpeiros na terra do povo Cinta Larga, em Rondônia, promovida no ano 2000 e por diversas vezes denunciada para as autoridades federais, sendo que nunca foram tomadas medidas concretas que resolvessem definitivamente a ilegalidade da invasão e exploração garimpeira. As consequências dessa omissão são a violência entre índios e garimpeiros, a devastação do meio ambiente e o contrabando de pedras preciosas; a invasão da terra Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde no dia 23, às seis da manhã, quarenta pessoas entre fazendeiros, peões e pistoleiros invadiram três malocas quando queimaram todas as casas, destruíram roças, balearam e espancaram pessoas; a invasão de fazendeiros na terra indígena Marãiwatsedé (MT), do povo Xavante, o que ocasionou a expulsão violenta de sua terra, o alastramento de doenças e mortalidade infantil.

Nos estados do Sul do Brasil o povo Guarani luta intensamente pela demarcação de suas terras, nas quais não podem

mais entrar porque foram cedidas pelos governos para a colonização e para o latifúndio ou em função da sobreposição de unidades de conservação ambiental. Hoje dezenas de comunidades vivem acampadas entre as cercas de grandes fazendas e as estradas, sem direito de acesso à terra mãe. No Nordeste são mais de 60 povos que reivindicam a posse da terra, sendo que dos 490 mil hectares que lhes são de direito, apenas 88 mil estão em processo de regularização. Nessa região também somos vítimas de projetos equivocados como a transposição do rio São Francisco. No Centro-Oeste nossas terras são invadidas com a construção de hidrovias e pelo processo de devastação de nossas matas para a implementação das grandes plantações da soja, atendendo a demanda do agronegócio. No Mato Grosso, milhares de hectares de terras são desmatados para o plantio da soja, sendo que muitas destas terras são indígenas. No estado do Tocantins, o povo Krahô-Kanela foi brutalmente expulso de suas terras e obrigado a viver durante décadas em assentamentos do Incra. Hoje esse povo luta pelo direito às terras que lhes foram saqueadas e entregues a latifundiários.

Além de todo o descaso com relação aos direitos indígenas, constatamos com perplexidade que a política energética do atual governo mantém a mesma lógica das políticas anteriores, tendo como base a privatização das empresas e das águas e a construção de barragens e hidrelétricas que destroem o meio ambiente, que inundam terras ancestrais, desalojando povos indígenas, comunidades quilombolas e de pequenos agricultores. Estão projetadas dezenas de barragens pelo país afora e muitas delas com processos de licitação irregulares como é o caso da barragem de Barra Grande, no Sul do Brasil. A terra indíge-

na Rio Branco, em Rondônia, atingida pelo empreendimento de sete barragens, sendo que três já estão em funcionamento, acarretará a morte do Rio Branco e comprometerá o futuro dos povos que ali vivem.

Lamentavelmente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva priorizou nestes dois anos as relações com os setores oligárquicos dos estados, com os políticos conservadores e com as elites do campo, das cidades, do sistema financeiro. Estes segmentos colocam obstáculos intransponíveis para a implementação de ações governamentais destinadas à demarcação das terras, à reforma agrária, à proteção do meio ambiente, à agricultura familiar, à justiça e paz no campo.

Diante dessa realidade perversa, reafirmamos a necessidade de fortalecimento de nossas organizações, das alianças entre nossos povos, na luta pela defesa de nossos territórios e pela defesa de nossos direitos constitucionais. Também reafirmamos a necessidade de ampliar as alianças com os movimentos e organizações que lutam pela democratização da terra e da água, que lutam pela reforma agrária, e que lutam por uma sociedade mais justa, pluriétnica e pluricultural. Precisamos, todos juntos, acreditar na nossa força mobilizadora e transformadora para construir uma terra sem mal, uma terra repleta de vida, uma terra mãe de todos os povos.

Brasília, 25 de novembro de 2004.

**Povos Indígenas presentes na Conferência Nacional Terra e Água**

Sabanê - Mamaindê - Lakondê - Puruborá - Wajuru - Migueleno - Oro Mon - Karitiana - Arara - Gavião - Zoró - Aikanã - Kampé - Makurap - Tupari - Kwaza - Terena - Guarani Kaiowá - Guarani - Kaingang - Xokleng - Xukuru - Potiguara - Tupinambá - Pataxó Hã-hã-hãe - Xukuru Kariri - Macuxi - Wapichana - Ingarikó - Apinajé - Javaé - Xerente - Krahô-Kanela - Krahô - Karajá

# Violências e Providências na Raposa Serra do Sol

Quatro aldeias e um retiro são destruídos, um homem é baleado. OEA solicita ações concretas do Estado brasileiro

André Vasconcelos  
e Priscila D. Carvalho  
Conselho Indígena de Roraima/Cimi

**F**azendeiros destruíram as aldeias Jawari, Homologação, Brilho do Sol e o retiro São José, na terra indígena Raposa Serra do Sol (RR), em 23 de novembro. O indígena Makuxi Jocivaldo Constantino foi atingido por dois tiros, um na cabeça e outro no braço.

Em resposta aos ataques a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA), acolhendo uma petição do Conselho Indígena de Roraima e da Rainforest Foundation, solicitou ao governo brasileiro que adote medidas cautelares para proteção à vida dos habitantes da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Em 6 de dezembro, a CIDH recomendou ao Governo do Brasil quatro medidas: 1) Proteger a vida e a integridade pessoal dos povos indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana, respeitando sua identidade cultural e sua especial relação com o território ancestral; 2) Assegurar que os beneficiários possam continuar a habitar suas comunidades, sem nenhum tipo de agressão, coação ou ameaça; 3) Abster-se de restringir ilegalmente o direito de livre circulação dos membros dos povos indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana; 4) Investigar séria e exaustivamente os fatos que motivaram o pedido de medidas cautelares.

De acordo com a recomendação, estas medidas devem ser decididas em consulta com os povos indígenas da Raposa Serra do Sol e o Brasil teria um prazo de 15 dias para informar a CIDH sobre quais delas foram adotadas.

A advogada do Conselho Indígena de Roraima, Joênia Wapichana, que protocolou a petição, afirma que "está na hora do Brasil e principalmente Roraima aceitar e trabalhar com a realidade indígena. Raposa Serra do Sol é muito mais do que palmas de chão, é a vida de vários indígenas vítimas de tanta violência. Cabe aos Poderes do Estado assegurar que as disposições da Comissão sejam cumpridas. O Brasil deve cumprir com o acordado no Sistema Interamericano de Direitos Humanos".

## O crime

As comunidades foram invadidas por 40 homens entre rizicultores, fazendeiros e índios por eles cooptados. Em meio aos invasores estavam os rizicultores Paulo César Quartieiro - maior latifundiário da região e prefeito eleito do município de Pacaraima -, os arroteiros Ivo Barelli e

Ivalcir Centenário e um posseiro, que derrubaram e tocaram fogo nas casas, destruíram as plantações e fecharam as estradas de acesso à região. Ao total foram 37 casas destruídas e 131 pessoas desabrigadas.

No momento do ataque havia principalmente mulheres, crianças e velhos, que não puderam retirar das casas objetos pessoais, alimentos ou roupas. "Derrubaram e queimaram tudo", explicou Júnio Constantino, irmão do indígena baleado.

Uma comitiva formada por 14 líderes da Raposa Serra do Sol que esteve em Brasília participando da Conferência Terra e Água e do *Seminário Makunaima Vive na Raposa/Serra do Sol* procurou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDH) para pedir apoio na investigação dos atos violentos. A CDH aceitou o requerimento e se comprometeu a agendar uma visita às aldeias destruídas.

## Fiscalização policial

Depois dos atos violentos, a Polícia Federal inaugurou, em 9 de dezembro, o primeiro Posto Avançado de Fiscalização em Terra Indígena, na aldeia 'Placa', região central da área Raposa Serra do Sol, a cerca de 250 quilômetros de Boa Vista. A equipe de policiais atuará em conjunto com a Funai e com comunidades indígenas. Sua atividade será direcionada ao controle de rodovias, visando coibir o tráfico de drogas e o contrabando de armas, combustível e material de garimpo, além de apreensão de bebida alcoólica. O Posto terá também agentes da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo.



Fotos arquivo: CIR

## Indignadas, mulheres relatam a covarde violência contra comunidades e cobram providências

A Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (Omir) elaborou um documento com relato que apresenta detalhes sobre a violência praticada contra as quatro comunidades de Raposa Serra do Sol. Quando as aldeias foram atacadas, os homens estavam fora em atividades agrícolas e de pesca. Foram principalmente as mulheres e crianças que presenciaram a destruição das casas.

### Trechos dos depoimentos:

"Foi às 6 horas da manhã e eu estava deitada ainda. Aí, o meu cunhado, que foi baleado, chegou correndo. Daí eu saí, e quando olhei o fogo já estava queimando as casas. Aí eu peguei o meu terçado e cerquei eles. E falei: Podem sair daqui! Se não, eu toro vocês no meio com o meu terçado! Aí eles pararam e disseram: que mulher buchudinha braba! E aí ele (um dos agressores) disse que ia me matar. Ele disse: Vou atirar em tu, com o teu filho na barriga! E aí eu disse: Pode me matar, que eu não tenho medo de morrer! Aí eles tocaram fogo" (Mulher indígena Makuxi, 22 anos, da maloca Jawari, casada, mãe de 3 filhas, grávida de 8 meses)

"Eu disse: Pode me matar, que eu não tenho medo de morrer! Se eu morrer, morro na Área Raposa Serra do Sol, na minha terra! E ele disse: Tu não tem terra nada. Mulher velha safada! Eu te mato agora, índia velha que não sabe viver! Aí ele ameaçava: Vou te amarrar e jogar no rio, para os peixe comer! Eu te amarro com teus filhos, levo no caminhão! Eles queriam me dar uma surra e me ameaçavam que eu tava sozinha, né? Que iam me matar! Botava arma por cima de mim. As minhas crianças ficaram com medo, tudo pertinho de mim. Aí, onde era o malocão, tava pegando fogo. E ele olhou para o meu filho de 11 anos e disse: Você quer que eu jogue esse teu curumim no fogo?" (Mulher indígena Makuxi, mãe de 7 filhos [a mais velha de 13 anos] da maloca Jawari, esposa do tuxaua da aldeia).



A ação dos grupos antiindígenas destruiu casas e posto de saúde



# Makunaima vive em Raposa Serra do Sol

Priscila D. Carvalho  
Repórter

**N**a terra de Makunaima, um dos símbolos da identidade nacional, indígena luta pelo direito à terra, contra uma elite local pequena em tamanho, mas com força política e econômica suficiente para tentar causar estragos nos direitos indígenas. Elite que, não contente com as disputas judiciais, não hesitou em causar estragos também em quatro comunidades indígenas, ateando fogo em casas e em um posto de saúde.

"Makunaima vive em Raposa Serra do Sol" foi o nome do seminário organizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) entre 1º e 3 de dezembro, com o objetivo de difundir a cultura dos povos de Raposa, que ainda não tiveram o reconhecimento de seus direitos sobre o território que tradicionalmente ocupam.

"Há mais de 30 anos lutamos. Onde se encontram as autoridades para resolver o problema da demarcação, que já estava resolvido pelo Makunaima?". Em sua fala durante a abertura do seminário, o tuxaua (cacique) Makuxi e coordenador do CIR, Jacir José de Souza, demonstrou sua tristeza pela violência a qual seu povo vem sendo submetido. "A história de Makunaima é muito bonita, mas eu vou contar uma história triste. No dia 23 de novembro, 37 casas do nosso povo foram derrubadas e queimadas e um parente foi baleado. Mas só se matarem todos os índios é que eles vencerão", desabafou, referindo-se aos arroseiros.

Mas a liderança demonstrou também determinação em continuar na luta, e para isso resgatou a bravura dos povos de Raposa no mito de Makunaima e na decisão "Ou Vai ou Racha", tomada pela comunidade há 27 anos.

"Raposa Serra do Sol continua. Essa é a decisão. Não há outra. A decisão da comunidade é "Ou Vai ou Racha", disse. "Ou Vai ou Racha" é o nome dado a uma decisão conjunta tomada em 1977 pelas comunidades indígenas de Raposa Serra do Sol (RSS), a partir da qual os povos Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó e Patamona se estruturaram para lutar pela terra e superar problemas que enfrentavam, entre eles a grande quantidade de indígenas que consumiam bebidas alcoólicas.

Makunaima, que ficou conhecido principalmente depois do livro do modernista Mário de Andrade e que é um dos símbolos da identidade nacional brasileira, é o herói mítico dos povos que vivem na terra hoje chamada de Raposa Serra do Sol. Ele criou os lugares, as terras, as montanhas e deu seus

nomes. "Makunaima escrevia e desenhava nas pedras. Andou Raposa Serra do Sol toda, fez o trabalho e deixou para seus netos. Depois veio a invasão, que não tem respeito, depois veio a história de demarcação", conta Jacir Makuxi.

As explicações indígenas para o nascimento do mundo e dos seres vivos, em geral, têm uma relação concreta com o espaço físico e com a natureza. "A terra tem um sentido espiritual, é espaço de onde nasce a vida e que dá sentido a ela, é o ambiente em que nasceram, onde se desenvolvem e têm seu sentir", conta o Padre Jorge Dal Ben que trabalha há mais de três décadas com os povos da Raposa Serra do Sol.

A ligação entre a reprodução cultural dos indígenas e o reconhecimento do direito coletivo à terra também foi tema do debate "A Diversidade Cultural na Raposa Serra do Sol e os Direitos Humanos". Para garantir a

Fotos: Navarro



diversidade cultural, é necessário garantir as condições de reprodução dessa cultura. Para Dom Franco Masserdotti, presidente do Cimi, "Enfrentar o tema da diversidade cultural e dos direitos humanos exige centrar no debate político e socioeconômico, porque as

questões culturais estão ligadas aos modelos de sociedade e de economia".

## Presença Indígena

O professor Paulo Santilli, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), contou o histórico da presença dos Makuxi no vale do Rio Branco e lembrou que, durante o período em que a região foi disputada entre Brasil e Inglaterra, a presença dos índios foi usada para comprovar que a região era parte do território brasileiro. Naquele momento, foram resgatados arquivos que mostravam que índios na região tinham nomes portugueses. Atualmente, um dos argumentos utilizados pelos setores contrários à homologação contínua de Raposa Serra do Sol é que a presença indígena em regiões de fronteira ameaça a segurança nacional. Fala-se que a baixa densidade populacional abre espaço para invasores e de supostos perigos para a manutenção do território. Resgatando também a abrangência da ocupação indígena na região, Santilli contestou esta visão: "Quando se tratou de defender a fronteira usou-se terra indígena como argumento".

## Homologação em área contínua

O Procurador Geral da República, Cláudio Fontelles, que esteve presente na abertura do Seminário, afirmou que questionará a decisão do poder executivo caso se faça a homologação descontínua de Raposa Serra do Sol. "Disse ao presidente Lula, olhando nos olhos, que questionarei qualquer decisão de demarcação descontínua, no dia seguinte". Fontelles considera que as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, suspendendo a tramitação de uma ação popular e de liminares concedidas por outras instâncias judiciais, são uma vitória para a disputa jurídica pela homologação contínua da terra indígena.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também presente no início do Seminário, afirmou que trabalha "para o desfecho justo e correto desta causa, que é necessariamente a demarcação contínua de Raposa Serra do Sol". Marina Silva ressaltou a importância da manutenção da diversidade no País, para que seja possível a troca entre as culturas. "Dor pior do que sentir saudade do passado é pensar que é possível sentir saudade do futuro, ao ver povos reais precisando de terra, de respeito, para sobreviverem. Precisamos dos diferentes", disse.

## Educação, saúde e auto-sustentação

O Seminário teve como um de seus objetivos difundir a organização social dos indígenas que vivem em Raposa, conhecida nacionalmente pelo conflito pela terra.

Há 11.270 alunos indígenas em Raposa Serra do Sol, que frequentam 309 escolas indígenas de ensino fundamental e médio, e 700 professores indígenas. Hoje, a educação escolar indígena é um instrumento para o resgate das culturas, e os indígenas comemoram por terem conseguido reverter o quadro de violência contra sua cultura. Durante décadas, os jovens indígenas frequentaram escolas que os ensinavam a esconder suas formas de vida e a se envergonhar do que aprendiam nas suas comunidades. O indígena Tedir Alves contou, durante o debate sobre Diversidade Cultural, que eram comuns casos de escolas que não permitiam que crianças falassem Makuxi. "Queriam acabar com a cultura, com o povo, para poder dizer que só existe branco no país. Só assim dominariam todo o país", disse.

A organização dos cinco povos da Raposa Serra do Sol também pode ser medida pela estrutura de saúde que existe na terra indígena. O CIR, através de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), é responsável pelo atendimento à saúde indígena em Raposa Ser-

ra do Sol. Este é um dos poucos exemplos, em todo o país, em que o modelo de convênios adotado para a saúde indígena funciona.

Os 29.975 indígenas que vivem em Raposa Serra do Sol são atendidos por 32 polos base de saúde e com 215 agentes indígenas de saúde.

## Produção

Os indígenas de Raposa têm 25.000 cabeças de gado das 43.000 existentes em Roraima, segundo Martinho Andrade, administrador regional da Funai. No estado de Roraima, a pecuária foi não apenas uma forte atividade econômica, mas também uma das formas de ocupação do território. Diz-se, por lá, que a colonização ocorreu pela "pata de boi".

Como resposta à estratégia dos invasores de suas terras, os povos de Raposa Serra do Sol também decidiram utilizar o gado para retomá-las. Desde então, as comunidades recebem 52 reses pelo período de cinco anos. Depois deste prazo, a comunidade repassa 52 cabeças de gado para outra comunidade e fica com o excedente.

Além da ocupação da terra, a criação de gado significou alimento para as comunidades e substituiu a caça, escassa depois da ocupação dos não-índios.

O seminário contou com debates e atividades culturais



As reuniões envolveram os "parentes" de diversos estados na discussão sobre educação

## A Educação Guarani e os dilemas envolventes

Jussara Maria Resende  
e Janaína K. Domingos  
Cimi Sul – Equipe Registro

**B**uscando uma maior afirmação de sua identidade os Guarani da região Sul do Brasil, mais São Paulo, discutem em encontro diversos aspectos de sua cultura envolvidos nas influências e na autonomia da sua educação escolar e familiar

Com objetivo de fortalecer as lideranças religiosas e, por conseqüência, a educação no sistema do modo-de-ser guarani (teko-teko), bem como discutir sobre os efeitos da institucionalização da educação escolar, ocorreu, entre os dias 17 e 19 de novembro, o Encontro de Educação do Povo Guarani.

O encontro foi realizado na Aldeia Peguaty, município de Sete Barras – SP, reuniu lideranças religiosas, professores e caciques de comunidades guarani dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A iniciativa partiu das definições tiradas no seminário "A Educação na construção da Terra Sem Males", que ocorreu em Brasília, junho de 2002, onde se decidiu pensar encontros em níveis macro-regionais, que possibilitassem às lideranças indígenas discutir mais profundamente os problemas que incidem sobre determinados povos e suas comunidades.

Nos últimos tempos o povo Guarani tem enfrentado dificuldades para conviver e interagir com a sociedade envolvente sem que isso interfira negativamente na sua dinâmica cultural, nos seus princípios e valores mais sagrados. Concretamente, a institucionalização da educação escolar, do atendimento à saúde, entre outros, tende a impor os modelos vigentes na sociedade não índia, que em geral opõe-se às concepções e práticas dos Guarani.

O encontro foi realizado a partir das comunidades com base nos conflitos que estão vivenciando e na possibilidade de, com seus *Tamöi* (líderes religiosos, detentores da sabedoria Guarani) encontrar o melhor caminho a ser percorrido.



Como grande especialidade dos Guarani, a alegria foi a grande convidada. Alegria de rever, ou mesmo, conhecer parentes distantes, rezar/cantar (porai) e dançar (jiroky), de reunir, conversar e servir. A arte da reciprocidade (pytymö), característica essencial deste povo, foi exercida com entusiasmo pela comunidade local.

A comunidade Peguaty, anfitriã do encontro, buscou prepará-lo de forma a fazer presente as antigas práticas. Desde as boas-vindas, até a alimentação, tudo foi feito à maneira tradicional. Durante o dia e a noite, foi possível ouvir seus rituais. Pelo fato do encontro ter reunido muitas lideranças religiosas, foram realizadas inúmeras seções de cura que se estendiam pela madrugada, na *Opy* (casa de reza) onde pediam proteção e agradeciam a *Nhanderú* (Deus).

Os líderes, em contraposição à "importância financeira" que alguns querem dar à escola (considerando de grande importância o salário dos professores e a merenda dos alunos), preferiram enfatizar os males que ela está criando. Analisando os perigos desta educação e buscando, enquanto povo, saídas que contemplem suas necessidades.

As preocupações mais frequentes levantadas pelos *Tamöi*, são em relação às conseqüências das transformações que vêm ocorrendo com as compreensões e práticas tradicionais Guarani. Estas modificações ocorrem na medida que à comunidade indígena são "impostas" novas formas de organização, comumente para responder às expectativas da sociedade não-índia, sobretudo dos órgãos governamentais, que além de não compreender seu sistema organizacional, o considera retrógrado e primitivo.

Um exemplo prático disso, discutido durante o encontro, é a carga horária mínima em sala de aula. Imposições como esta, são, ao ver dos órgãos governamentais, os modelos mais adequados. No entanto, este sistema tem provocado alterações nas estruturas mais elementares da organização social do povo, introduzindo valores capitalistas, impostos (embora de forma sutil, oculta) pelas escolas dos não-índios.

A língua materna também vem passando por modificações ao longo do tempo, tornando-se mais uma fonte de preocupação dos líderes Guarani. Segundo seus relatos, muitas expressões estão sendo es-

quecidas ou são desconhecidas da maioria dos jovens indígenas. Isso significa que gradativamente sua língua está e pode continuar se perdendo. Estes fatos despertam para que comunidades estejam atentas à forma como a escola responde a este problema, conscientizando-se de que a educação escolar tanto pode ajudá-los a preservar como a esquecer sua cultura própria. A palavra para os Guarani tem uma importância ímpar na esfera religiosa, de tal forma que para se referir a alma e palavra usam a mesma expressão, (ñee).

A crença na força espiritual e de cura dos líderes religiosos Guarani também tem sido, igualmente, enfraquecida. Diversos são os motivos elencados pelos

indígenas, entre eles estão os novos conceitos e "verdades" que a ciência ocidental vai gradativamente impondo, sobretudo a partir da educação escolar. O conteúdo e metodologia dos cursos de formação dos professores, até as aulas por eles aplicadas em suas escolas, vão aos poucos introduzindo idéias que se contrapõem aos elementos essenciais do ser Guarani. Em geral, são conceitos que desvalorizam toda a relação que os povos indígenas desenvolvem com o mundo sobrenatural e as respostas que buscam e encontram para seus conflitos sociais e políticos, no seu relacionamento com a sociedade nacional, para as doenças que os atingem, entre outros.

Na avaliação do Cimi Sul o encontro foi de grande importância, pois favoreceu o fortalecimento dos líderes religiosos, base de sustentação do modo de ser guarani, possuidores de uma imensa sabedoria capaz de guiá-los pelos melhores caminhos. Apesar das dificuldades, os Guarani seguem encontrando formas para solucionar os problemas que vão surgindo, no intuito de permanecer firmes em seus valores frente às adversidades colocadas pela sociedade brasileira.

# Saúde indígena virou Titanic

*Sem recursos para assistência médica e odontológica o modelo de saúde terceirizado compromete inúmeras vidas*

Gilles de Catheu  
CIMI-RO

Cinco anos se passaram desde a criação dos convênios de saúde para o atendimento médico dos povos indígenas, e o barco da saúde indígena afundou. Não foi por falta de avisos. Apesar da água que entrava no porão, o "capitão" do navio procurava convencer a tripulação de que o barco da saúde indígena estava na boa direção e que bastaria estancar as brechas. "A experiência irá corrigir os erros" repetia insistentemente na época o Dr. Ubiratan Pedroso Moreira, diretor do departamento de saúde indígena da Funasa durante o governo FHC.

Entretanto, o CIMI e várias organizações indígenas nunca partilharam dessa opinião e sempre denunciaram a terceirização da saúde pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o perigo que os convênios fazem correr às organizações indígenas conveniadas.

Hoje, em consequência dessa política, muitas organizações indígenas estão "quebradas" e os povos indígenas gritam por socorro. Mesmo assim, o "capitão" do navio ainda pede paciência. Ninguém mais acredita neste modelo, mas a Funasa ainda procura seduzir organizações indígenas inadimplentes oferecendo a taxa de 10% do convênio. Infelizmente, a Funasa não foi capaz, ou não quis criar mecanismos adaptados à realidade indígena.

## Um exemplo do colapso

Cada vez mais, os municípios estão de olho nos recursos da saúde indígena. Muitas vezes, os próprios municípios acabam por ser procurados pela Funasa quando falta alternativa de criação de convênio. Mesmo sendo este um convênio provisório, não deixa de ser um passo para a municipalização da saúde indígena que todos os povos indígenas rejeitaram na terceira Conferência de Saúde Indígena.

A situação de descaso tem acontecido em diversas partes do País. Podemos tomar como exemplo desta atuação desastrosa o trabalho da Funasa no Pólo-Base de Guajará-Mirim no Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho (RO). Esse Pólo-Base abrange uma população de 3.600 indígenas pertencendo a 14 povos indígenas. Das 24 aldeias, 19 têm o acesso unicamente fluvial.

Durante quatro anos e meio, de dezembro de 1999 até junho de 2004, a conveniada foi a Coordenação da União das

Nações e Povos Indígenas de Rondônia (Cunpir). Sem conveniada nos últimos 6 meses, não houve mais contratações e os recursos da Funasa foram mínimos, deixando as populações indígenas à mercê da própria sorte. A perspectiva de um novo convênio é somente para abril de 2005, pois somente poderá ser assinado após aprovação do Plano Distrital de 2005, enquanto isso os povos sofrem com a ausência quase total do atendimento.

Na área de saneamento, 80% da população indígena do Pólo-Base de Guajará-Mirim continua a tomar a água contaminada de rio, igarapé ou de baía e a maioria das casas não tem privadas o que explica a grande incidência de verminoses e doenças diarreicas. A Funasa, responsável pelo saneamento a partir de 1994, apenas conseguiu implementar um

abastecimento de água potável em quatro aldeias contemplando 10% da população deste Pólo-Base. Outros 10% da população foi beneficiada com água potável por iniciativa da Funai (na década anterior) ou da associação indígena da referida aldeia.

Os agentes indígenas de saúde (AIS) estão desempregados a partir de sua rescisão de contrato em junho de 2004. Mesmo assim, nunca deixaram de atender o seu povo. Nos últimos quatro anos, a Funasa realizou apenas quatro cursos de formação, insuficientes para o preparo desses agentes. O despreparo no atendimento coloca o modelo de assistência primária feito pelos AIS longe de ser alcançado. Sem supervisão de enfermeiros e com a falta permanente de medicamentos, material e equipamento básico (como aparelho de pressão) o trabalho torna-se desacreditado pelas comunidades.

A escassez de medicamentos de base é crônica nas aldeias. A crise é tamanha que a remessa de medicamentos chegou a zerar no período de abril a setembro de 2004. Frequentemente tem ocorrido a interrupção de tratamento de uso contínuo de medicação controlada. Assim, em 2003, um jovem epilético da distante aldeia Pedreira do rio Pacaas Novos ficou sem a sua medicação e faleceu devido a crises convulsivas.

Desde o final de 2001, não houve mais assistência médica e odontológica nas al-



Fotos Gilles de Catheu



paciente tuberculoso ao lado de uma criança recém-nascida.

O atendimento às gestantes é feito apenas para uma pequena minoria de mulheres grávidas que procura o Casai, o que dificulta e torna impossível o atendimento pré-natal.

Metade das aldeias não tem posto de saúde ou nem sequer uma pequena estrutura física para realizar o atendimento. Apesar de constar no Plano Distrital de cada ano, em cinco anos a Funasa não construiu nenhum posto de saúde.

## Voadeiras e Titanic

A Funasa desrespeita o Plano Distrital cortando todos os anos a aquisição de material permanente, radiofonias e voadeiras como uma simples operação matemática para adequar-se ao teto orçamentário. Com isso, até hoje nenhuma aldeia tem embarcação ou radiofonia.

Sem transporte ou radiofonia, uma série de mortes, facilmente evitáveis, aconteceu. Com a morte de um recém-nascido, os moradores da aldeia Baía das Onças viram como única estratégia para conseguir um rádio e voadeira (solicitados há anos no Plano Distrital) fazer reféns dois funcionários da Funasa.

Enquanto as voadeiras, essenciais para o atendimento emergencial, não chegam, o Titanic da saúde indígena vai afundando. Com tanto descaso fica difícil esperar uma melhoria no orçamento da União para saúde indígena, o bolo a ser dividido entre os DSEI não tem perspectiva de aumentar significativamente e a forma da Funasa trabalhar, contratando um grande número de empresas, encarece o valor de todos os serviços. Vai ter que haver mudanças...

*Paaca Novas em seu último curso de treinamento de agentes Indígenas de Saúde*

# Dez mil unidos em defesa da Terra e Água

Foto: Navarro



*A Conferência "Terra e Água" deve ser entendida como um passo histórico na construção das bases para a luta dos movimentos sociais. Os debates e denúncias serviram para sintonizar militantes para um 2005 de pressão e protestos por mudanças.*

*Cristiano Navarro  
Editor do Porantim*

**T**rês dias antes do início da Conferência que reuniu dez mil lutadores e lutadoras do campo e da floresta pela defesa da água e da terra, uma chacina vitimou cinco militantes do MST. Os assassinatos ocorreram em Felisburgo, norte de Minas Gerais, no dia 20 de novembro, quando 18 pistoleiros armados invadiram o acampamento "Terra Prometida" deixando, além das cinco pessoas mortas, 13 feridos.

No dia 24 de novembro, primeiro dia da Conferência, três aldeias e um retiro foram destruídos e um índio foi baleado na cabeça na terra indígena Raposa Serra do Sol (RR), depois de uma invasão comandada por rizicultores que ocupam de maneira ilegal a terra dos índios.

Os fatos ocorridos nessas duas regiões tão diferentes do País têm em comum a resistência do povo organizado contra a opressão e violência imposta pela força do latifúndio, que maquiado de indústria pela grande imprensa dentro de um falso discurso desenvolvimentista recebe o nome de *agrobusiness* [agronegócio]. "Setores que se auto-intitulam agrobusiness são aqueles que balearam os acampados em Minas Gerais", afirmou Holf Hackbart, presidente do Incra, no seminário numa das mesas de debate.

Em um diagnóstico mais profundo, durante os debates da conferência, a conclusão que perpassou praticamente todas as falas é a de que a origem da ação dos pistoleiros, da invasão das terras indígenas, da poluição dos rios, do desmatamento das florestas está no avanço desenfreado e ganancioso do modelo capitalista

Em sua exposição, Ricardo Gebrim, assessor da Via Campesina, fez referência a esse modelo e seu avanço na atual conjuntura, "Vivemos em uma época de crise e precisamos perceber como agir no momento. Os capitalistas financeiros querem que o mundo se divida para que as grandes tecnologias fiquem na mão deles. Para nós sobra o papel de produtores de matéria-prima, do que interessa à economia desses grandes capitais".



A política econômica liberal implantada no governo Fernando Henrique Cardoso, e mantida pelo presidente Lula, pode ser entendida como o paradigma das mudanças tão aguardadas pelos movimentos sociais. Seguindo essa linha de raciocínio o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, afirmou em entrevista coletiva que "Se não mudar na política econômica, pode botar Jesus Cristo no Incra, que não faz reforma agrária". O modelo que faz crescer a exclusão é o mesmo que aposta alto no agronegócio, assim, em sua fala, Stédile ainda puxou uma vaia que foi acompanhada pelos dez mil participantes da conferência, contra o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. "Alguns seguimentos do presidente Lula estão fazendo o jogo das multinacionais", disse o líder do MST referindo-se ao ministro.

Mesmo com as dificuldades, Dom Demétrio Valentim, presidente da Caritas Brasileira, ressaltou a importância da conferência para manter a esperança e criar as condições para a luta por um futuro mais justo, "vamos apresentar o sonho de um Brasil culturalmente plural, politicamente democrático, economicamente justo, socialmente solidário e ecologicamente sustentável é o sonho que devemos fazer".

## Cimi denuncia desaparecimento de terras indígenas

Segundo dados do Cimi, há no Brasil 842 terras indígenas. Esta listagem dá conta de 229 terras a mais do que as que constam na lista da Fundação Nacional do Índio, o órgão indigenista oficial. A lista é baseada em dados das 114 equipes do Cimi que trabalham diretamente com os povos indígenas e em dados oficiais. Os números foram apresentados pelo vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, que participou do debate "Realidade e perspectivas para o campo brasileiro".

Apenas 37% destas 842 terras tiveram seu procedimento de demarcação concluído, isto é, foram demarcadas, homologadas e possuem registro no Serviço de Patrimônio da União ou nos cartórios de Registro de Imóveis onde se localizam.

As terras que não constam da listagem da Funai não recebem qualquer indicação do governo quanto à possibilidade de virem a ser demarcadas. "Esta realidade perpetua a situação de invasões de terras e intensificação dos conflitos pela posse, agravando o quadro de violência contra os povos indígenas", afirmou Feitosa. (Leia na página 3 manifesto lido durante a conferência).







Num ginásio lotado, militantes das lutas do campo puderam acompanhar os debates, que tomaram as ruas de Brasília manifestando-se em frente ao Banco Central

## Marcha exige mudança na política econômica do governo

Depois de quatro dias reunidos, os 10 mil camponeses, sem-terras, atingidos por barragens, indígenas e quilombolas encerraram a Conferência Nacional Terra e Água em frente ao Banco Central.

“Unidos e nas ruas nós somos invencíveis. Vamos gritar isso hoje em ordem, em paz, mas com firmeza. Vamos dizer que precisamos de justiça, que a terra precisa de cuidado e que os brasileiros devem olhar pelo Brasil porque ele está em perigo”. Convocando todos os participantes da I Conferência Nacional Terra e Água a marcharem para o Banco Central, o coordenador do Plano Na-

cional da Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio, encerrou sua participação no evento. Ele esteve no último dia no painel “A importância dos movimentos sociais e a continuidade da luta”, ao lado de Dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Arruda Sampaio lembrou o massacre dos trabalhadores rurais sem terra em Minas Gerais e criticou a atuação dos poderes judiciário, legislativo e executivo no caso. “Não é possível que aqueles homens e mulheres ficassem dois anos e meio naquelas barracas precárias, esperando para que julgassem uma terra que pertence ao Estado. Temos que utilizar o último dia deste encontro como uma acusação e um protesto”, afirmou.

“Esses mortos clamam por justiça. É com tristeza que falo isso. Eu sempre acompanhei o companheiro Lula mas não consigo admitir que tenhamos assentado menos famílias que o governo anterior, que era contra os trabalhadores”, completou.

Ao término da Marcha, como ato de protesto, os manifestantes queimaram uma bandeira simbolizando o fim dos acordos do governo brasileiro com o FMI.

## “Sonhos e Lutas” por Aleida Guevara e Leonardo Boff

A mesa de abertura da Conferência Terra e Água trouxe aos militantes das entidades de luta do campo dois expoentes da esquerda Latino Americana, o teólogo Leonardo Boff e a médica cubana Aleida Guevara. Em suas falas, ambos destacaram a importância das mobilizações populares para as transformações sociais.

**Aleida Guevara** - “Sinto muito não falar o português. Vou falar em espanhol. Seria mais correto falar em uma língua indígena, que talvez seja a nossa língua”. Assim a médica cubana, filha do revolucionário Ernesto Che Guevara, iniciou sua participação no debate “Sonhos e lutas para a construção de uma sociedade pluriétnica, justa e sustentável”.

Desses sonhos e lutas, Aleida recordou seu pai que sustentava a esperança de um continente unido e forte como resposta para as questões que afligem os excluídos, “há que se unir às lutas para enfrentar até o último momento de nossas vidas a exclusão social”. “Vocês podem ser a semente deste sonho” completou, dirigindo-se aos participantes da conferência.



Sobre o tema da conferência Aleida foi enfática ao se colocar contra a propriedade privada dos dois elementos vitais para sobrevivência da humanidade, “Ninguém pode ter a terra e água”.

**Leonardo Boff** - Depois de abrir sua palestra lembrando os cinco trabalhadores rurais chacinados no dia 20 de novembro, em Felisburgo, Leonardo Boff dividiu sua exposição em três pontos: crítica às políticas assistencialistas do governo, resistência popular e a consciência global contra o avanço predatório do capitalismo sobre o ecossistema.

**Crítica:** A continuidade da política econômica e social que historicamente formou a desigualdade no país foi a base da crítica de Boff ao governo Lula, “Voltamos à década de 50, em que a política só fala de crescimento, não de desenvolvimento”.

As expectativas que levaram a vitória de Lula também foram lembradas, “nossa luta é por outro tipo de globalização. A esperança não está engessada. A esperança tem que vencer o medo nos quatro cantos do país”.

Boff não acredita nas políticas de assistência social postas pelo Governo, “de



nada vale o Frei Betto incluir cinco famílias no Fome Zero se outro excluir 15”. Por isso, para construir um novo momento, o teólogo acredita ser “importante cercar Lula, para que ele seja fiel às suas raízes. Ele é um sobrevivente da fome e não abandonará seus ideais. Queremos crescimento com justiça e inclusão”.

**Resistência:** “Nos chamaram de Jeca Tatu e de João Ninguém, mas é esse o povo que resiste há 500 anos. Queremos outros 500 anos. Nossa história é ruim. Essa história foi escrita pelas mãos do homem branco, não pelo negro, pelo mulato, pelo índio e pela mulher”. No entanto, Boff exaltou o momento da conferência e seus militantes, lembrando a importância da união das forças, “Um fracasso mais um fracasso não são dois fracassos é um forte”.

**Consciência global:** “Para vencer o capitalismo é preciso incorporar a visão da terra como os índios, a terra como um super organismo”. Boff citou que dois bilhões de pessoas não tem água tratada no mundo. Na atual conjuntura, o avanço do agronegócio tem sido no Brasil o maior vilão da contaminação das reservas de água e do crescimento do latifúndio. Para Boff, “Temos que incorporar padrões mais responsáveis. Terra e água são os temas de um novo Brasil e um novo mundo”.

## O povo fala!

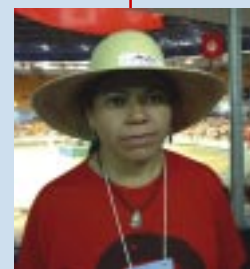
A Conferência andou no caminho correto onde houve espaço para todos os movimentos se expressarem. Apesar da pressão que alguns movimentos tem feito contra o governo, que acho que hoje tem sido grande demais, imagino que os movimentos de massa do campo vão sair daqui com suas lutas reforçadas no intuito de continuar dialogando com o presidente Lula para mostrar a direção certa.

*Diomar Ferreira  
Federação dos Trabalhadores da  
Agricultura Familiar (Fetraf)  
- Mairinque/SP*



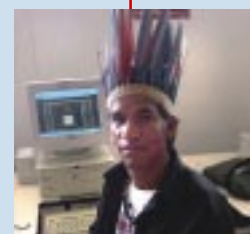
Um momento como este é, pelas palestras e pelos debates, fundamental para formação das bases do movimento. Mas, particularmente, eu que tenho participado de vários encontros como este com a presença de representantes do governo, vejo que eles recebem nossos documentos, assumem compromissos, mas não têm cumprido nada do que prometem. O que percebo é que, a cada momento, o povo vai ficando mais cansado.

*Vera Lúcia  
Movimento dos Pequenos Agricultores  
(MPA) - Palmeira dos Índios/AL*



A Conferência é um espaço muito importante para nós, povos indígenas, trocamos experiências e, assim, fazemos outros movimentos conhecerem um pouco mais das nossas lutas e reivindicações.

*Reginaldo Pataxó-Hã-Hã-Hã  
Pau Brasil/BA*



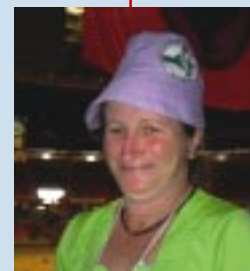
Emergir a consciência de que se deve quebrar os corporativismos das lutas individuais de cada movimento para unificá-las, só assim será possível vencer o latifúndio e tentar fazer com que o presidente Lula volte para a posição para a qual foi eleito.

*Maciel Cover  
Pastoral da Juventude Rural (PJR) - Dois  
Lajeados/RS*



É muito importante a união de movimentos sociais em torno de temas tão importantes como a terra e a água. Depois desta conferência, todos que estiveram aqui sairão com alguns pontos de debate, como a luta contra os transgênicos, bastante reforçada. Além disso, voltaremos para as bases com mais informações sobre outras lutas importantes, como a dos índios.

*Teresinha Royer  
Movimento de Mulheres Camponesas  
(MMC) - Mondai/SC*



# Contra o ódio e a violência A SABEDORIA DA PAZ

Egon D. Heck  
Cimi MS

**O**s povos indígenas do Mato Grosso do Sul continuam a viver de sobressaltos. Numa rápida olhada num dos jornais de Dourados teremos uma visão do grau de violência contra os povos indígenas, em especial os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Em praticamente todos os dias são estampadas manchetes de violências que vão desde espancamentos, suicídio, assassinatos, ameaças, difamações, acusações como baderneiros, invasores, até acusações de criminosos e bandidos. É o preconceito e racismo unidos na desenvoltura da impunidade dos poderosos senhores das terras e do agronegócio. Roubaram a terra, e agora tentam matar a alma. Porém, com a sábia calma esses povos não apenas resistem, mas estão dispostos a dizer que jamais serão derrotados na profundidade de seu modo de ser.

## Suicídio, terra e Delcidio

O jornal Campo Grande News de 26 de novembro deste ano destaca o número de 287 óbitos de indígenas até setembro. Dentre as mortes violentas, destaca 28 suicídios.

Conforme dados apresentados pelo senador Delcidio Amaral ao mesmo jornal do dia 8 de junho deste, "os principais problemas enfrentados pelos indígenas, dentre eles a onda de suicídio, onde foram registrados 305 casos em um período de cinco anos".

Embora o número seja impactante, parece que esses números não causam mais nenhuma reação ao senador. Haja visto, que a Comissão do Senado para estudar a questão dos conflitos fundiários envolvendo os povos indígenas, da qual Delcidio faz parte, complica ainda mais o processo de demarcação das terras indígenas uma das principais motivações dos suicídios. O intuito do projeto é o de dificultar, quando não, impedir o processo de regularização das terras indígenas, hoje invadidas ou reduzidas.

O Projeto de Lei 188 de 2004, resultante da Comissão do Senado que teve por presidente Mozarildo Cavalcante e como relator Delcidio do Amaral, surgiu repentinamente na pauta de votação em plenário, no dia 9 de dezembro, propondo seja convocado o Conselho de Defesa Nacional caso

a terra indígena esteja localizada em faixa de fronteira, que sejam suspensos os processos de demarcação das terras onde acontecerem retomadas e, ainda, determina que sejam anulados todos os procedimentos de demarcação em curso.

Em Campo Grande, a coordenação de movimentos sociais do Mato Grosso do Sul logo se mobilizou, como em outras partes do país, posicionando-se através de documento, "Caso o Senado venha aprovar o projeto de Lei 188 de autoria do senador Delcidio do Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul, estará se desencadeando um dos processos antiindígenas mais vergonhosos e genocidas da nossa história.

O projeto que visa estabelecer novos parâmetros para a demarcação das terras indígenas e outras providências, reflete, na verdade, o mais crasso e rancoroso processo antiindígena instaurado no país. Na prática a intenção é inviabilizar totalmente a demarcação das terras indígenas, com exceção de algumas migalhas que porventura passarem pelo crivo dos novos responsáveis pela identificação e delimitação das terras indígenas. Trata-se, a rigor, de uma proposta inconstitucional, na medida que visa alterar as responsabilidades sobre o processo de regularização das terras indígenas, além de tentar impedir a presença indígena na faixa de 150 km da fronteira. Transfere o trabalho técnico de levantamento dos critérios constitucionais de demarcação, conforme artigo 231, para uma instância política.

Além disso, está expresso no projeto uma criminalização da questão indígena e punição de seus aliados na luta por seus direitos, especialmente à terra"

Nesta mesma ocasião, após refletir a atitude da comissão, e em especial a do senador Delcidio, Sílvio Paulo Guarani Kaiowá, coordenador do Conselho Estadual de Direitos Indígenas, afirmou "Nos sentimos machucados e traídos. Para nós isso é uma tragédia, um suicídio".

Em julho deste ano, Delcidio esteve reunido com lideranças indígenas da região. "Na ocasião o senador chorou e prometeu que iria rever o relatório que deu origem ao projeto e voltar a discutí-lo com a sociedade", diz o líder Guarani Kaiowá. O deputado estadual

Fotos: Egon Heck



Povo Guarani -que este ano foram vítimas de uma onda de violências em Mato Grosso do Sul



do PT, Pedro Kemp, considera o projeto como "um golpe, um retrocesso, uma traição".

Diante desse quadro ficou definida uma agenda de ações e mobilizações em Campo Grande, visando a pronta retirada de pauta do famigerado projeto de lei.

## Nas fronteiras do absurdo

Em junho, por ocasião da aprovação do relatório da Comissão do Senado, a assessoria do senador Delcidio tornava pública a sua sugestão de "uma faixa de fronteira onde seria proibida a demarcações de terras indígenas, evitando conflitos internacionais, sugerindo inclusive uma faixa de 50 quilômetros de fronteira" (publicado no jornal Campo Grande News, 8/06/04).

Essa proposta por ser totalmente inconstitucional, foi substituída por outra, pleiteada por outros setores, inclusive das forças armadas, que é a submissão de qualquer demarcação de terras indígenas à aprovação do Conselho de Defesa Nacional, conforme consta no projeto de lei. E neste caso se estende essa faixa para 150 km de fronteira.

"Existem 100 terras indígenas na Faixa de Fronteira. São 5.550 km de extensão, 31% dos cerca de 17.700 km da Faixa", segundo dados apresentados pelo presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, em um recente seminário realizado em Brasília, promovido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e pela Advocacia Geral da União nos dias 7 e 8 de outubro, com o nome de Faixas de Fronteira - Novos Paradigmas.

Esse número de terras certamente é subestimado quando existem mais de 50 delas só no Mato Grosso do Sul, e praticamente todas em processo de regularização ou revisão de limites.

# Kaiowá e Nhandeva projetam o futuro

**A** difícil situação fundiária, no qual o Estado brasileiro tem deixado de cumprir seu dever constitucional de demarcar e homologar as terras indígenas, e uma de suas mais tristes conseqüências, a brutal violência, foram os temas mais recorrentes na Aty Guassu (Grande Reunião) realizada entre os dias 3 e 5 de dezembro no município de Amambaí, Mato Grosso do Sul.

O momento considerado como decisivo e histórico pelas mais de 200 lideranças presentes reuniu os povos Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá, de 20 terras indígenas tekohá, de diferentes lugares do estado.

A diversidade foi uma das marcas da Aty Guassu. Além dos líderes políticos (capitães), religiosos (nhanderu-caciques), movimento de mulheres, de professores e agentes de saúde, estiveram presentes representantes de entidades apoiadores da causa.

## Enfrentando o presente, lembrando o passado

A urgência dos problemas ligados à terra está além do fato das áreas demarcadas serem pequenas. A invasão, devastação e os locais tomados pelos fazendeiros, latifundiários e projetos de colonização da região também preocupam.

“Hoje é impossível continuarmos vivendo sob essa violência diária, enquanto não se cumpre a Constituição que nos garante nossas terras tradicionais – os tekohá”, denunciam as lideranças.

Como conseqüência desta situação está relacionada à onda de violência pela qual tem passado os Guarani Nhandeva e Kaiowá. Na lista levantada pelo Cimi (veja matéria ao lado) constam inúmeros estupros, espancamentos e assas-



Nhandeva e Kaiowá em Aty Gassu (Grande Reunião)



sinatos. Além destas violências, as comunidades têm sofrido com o número crescente dos suicídios e a falta de comida.

As lideranças ainda chamaram a atenção na assembleia para uma campanha de difamação e discriminação contra os índios e seus aliados, que vem sendo feita pelos grupos de interesse econômico antiindígena, como nunca se viu antes.

No convite à Aty Guassu as lideranças destacaram que este é “um dos momentos tradicionais de olhar a realidade, refletir sobre os problemas e decidir juntos as melhores maneiras de enfrentá-los”.

Durante as atividades realizadas na assembleia os participantes também pres-

taram homenagem aos seus guerreiros e lutadores do passado. “Vamos realizar essa Aty Guassu lembrando a memória de todos os que tomaram na luta pela nossa terra. São muitos, são milhares de pessoas que derramaram seu sangue para que nós hoje pudéssemos estar vivendo e resistindo, mesmo que seja num pequeno pedaço de terra”, ressaltou-se durante a abertura.

## O jeito de ser Guarani

As lideranças que estiveram presentes enfrentaram muitas dificuldades de instalação e transporte, mas não faltou disposição e alegria para construir união e alianças.

Já na chegada os grupos iniciaram seus rituais, que se prolongaram durante toda a noite. O início dos trabalhos também foi com a invocação de Tupã e todos os espíritos para terem bom resultado deste importante encontro. Para os Guarani esta é a melhor maneira que existe para seguir de pé e confiantes no futuro, reforçando sua cultura, seus rituais, sua religião e seu modo de ser e viver.

## O que ficou registrado

Ao término da Assembleia os povos Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá, produziram um documento que foi encaminhado para diversas autoridades dos poderes executivo e judiciário.

“Foi um momento de muitos rituais, celebrações, reflexão e busca de caminhos para conseguir os nossos direitos, principalmente nossas terras tradicionais.

Cada Aty Guassu é um passo para nos organizar melhor, ter mais força e esperança para enfrentar todos aqueles que querem continuar dominando e oprimindo nosso povo. Povo que se encontra confinado em pedacinhos de terra.

Está sendo muito importante o trabalho da Comissão de Direitos Indígenas Guarani Kaiowá, sendo uma força muito grande na nossa organização como povo e na realização de nossos movimentos, como as Aty Guassu.

Passamos três dias e três noites em ritual e debate dos nossos problemas. Acreditamos na nossa força, com a ajuda de Tupã e todos os nossos guerreiros que tomaram, mas também precisamos da ajuda de todos os nossos amigos e daqueles que querem construir um Brasil melhor para todos. Pedimos que deem força e ajudem na luta pelas nossas terras.

Recebemos esclarecimentos e apoio de representantes de vários órgãos e entidades. Destacamos a importante solidariedade que nos enviou o deputado estadual Pedro Kemp, renovando seu compromisso de continuar sempre nos dando todo apoio em nossas lutas.

Também achamos muito importante a presença, as informações e o apoio dos procuradores da República em Dourados, Charles Pessoa e Pedro Paulo e seu assessor Marcos Homero.

Fizemos muitos documentos para autoridades e decidimos como vamos trabalhar juntos para lutar pelos nossos direitos e ter nossas terras tradicionais de volta o quanto antes, porque a Constituição do Brasil nos garante isso.

Temos muito sofrimento, violência e passamos até fome muitas vezes, mas isso vai acabar um dia, quando tivermos nossas terras de volta e nelas pudermos viver em paz, fazer nossos rituais, e viver a nossa vida conforme nossa organização, costumes e cultura.

Se em mais de quinhentos anos não conseguiram nos derrotar e destruir, temos a certeza de que daqui pra frente nós vamos conquistar um lugar cada vez mais importante nesse novo Brasil de muitos povos e culturas, onde tenha lugar para todos viverem com paz e justiça”.



Podemos imaginar o que acontecerá com essas terras Guarani Kaiowá, caso esse projeto de lei seja aprovado?

Nito Nelson, líder Guarani Kaiowá, da Terra Indígena Amambaí, na fronteira com o Paraguai, no ato público de comemoração dos 56 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, disse “Dizem que somos um perigo na fronteira. Nós lutamos na guerra do Paraguai, e sempre defendemos o Brasil. Por que querem agora nos negar nossas terras?”

No segundo Encontro Continental dos Povos Indígenas, em Quito - Equador, em julho deste ano, os povos indígenas de vários países relataram as graves violências cometidas pelos militares contra os povos indígenas, especialmente nas fronteiras.

Diante desse quadro só resta um caminho aos povos indígenas: exigir o cumprimento da Constituição Federal e do Estatuto do Índio, que estabelecem prazos e critérios para a regularização das terras indígenas em todo o país. E esses prazos já se esgotaram há mais de dez anos. Portanto, fica claro que não existiu até hoje vontade política para cumprir esses preceitos constitucionais. Cabe-lhes, como recurso último, colaborar com o governo, através de permanente pressão para que seja efetuado o reconhecimento, demarcação e garantia de todas as terras indígenas.

Contra a violência secular e o ódio mortífero, os Guarani souberam usar sempre a sabedoria da paz. Mesmo quando a última alternativa era partir para o enfrentamento, a pressão aos poderes foi sempre a bandeira que os guiou.

# A articulação por um “Outro Nordeste Possível”

Roberto Saraiva  
Cimi-NE

**É** possível um Nordeste em pleno desenvolvimento e qualidade de vida adequada?

Sim. O I Fórum Social Nordestino, que aconteceu em Recife, entre os dias 24 e 27 de novembro, apontou vários caminhos que levam a esta conclusão.

A participação indígena foi marcada pela presença dos povos Kambiwá, Pankararu, Xukuru, Truká e Potiguara. Juntos estes povos fizeram a diferença no cenário da diversidade que se apresentou ávido por mudanças.

Na avaliação consensual dos movimentos presentes, estas mudanças se referiam a um país onde o governo eleito fez uma clara opção pelo econômico em detrimento do social; pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar; pelas sementes de alimentos transgênicos em detrimento da produção de alimentos orgânicos; e, por fim, opção por negociar os direitos indígenas em nome da governabilidade.

Este Fórum, por ser o primeiro, deve ser visto não pelas falhas na organização, mas principalmente pelo esforço das organizações, que tiveram tão pouco tempo para realizá-lo. O evento superou as expectativas de público de seus organizadores e silenciou seus críticos, que não acreditavam na possibilidade de sua realização, muito menos do seu sucesso.

## Os debates e o envolvimento popular

O seminário Radicalização da Democracia organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missio-



Foto: Cimi NE



Em passeata e nos seminários, os povos do Nordeste marcaram presença no Fórum Social Nordestino

nário (Cimi) e Centro Cultura Luís Freire (CCLF) contou com a presença da coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal em Brasília, Débora Duprat, do indígena Agamenon Geripankó, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, do advogado da CPT, Eduardo Araújo, e teve como mediadora a coordenadora do CCLF, Eliene Amorim.

O debate foi nortado pela causa indígena e quilombola, tendo em vista o grau de invisibilidade destes grupos na grande massa de excluídos da região. Sobre a relação entre o governo e os movimentos indígenas em espaços como o do Fórum Social Nordestino, Agamenon Geripankó entende que “Nós (do movimento indígena) já mostramos várias alternativas neste Fórum e em outros, cabe ao governo mos-

trar a que veio e implementar nossas propostas”.

Um outro seminário com o tema: Um Outro Nordeste é Possível - desenvolvimento na perspectiva das populações tradicionais indígenas, contou com representantes indígenas, quilombolas e de uma representante da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) - Pernambuco, a antropóloga Vania Fialho.

A presença de diversos professores, alunos e representantes dos movimentos sociais motivou os palestrantes para entrar no cerne da questão fundiária do país, da região, apontando soluções práticas e eficientes para um desenvolvimento sustentável das populações tradicionais e principalmente estamparam que um outro Nor-

deste é possível e já está sendo construído à revelia do poder das elites dominantes.

O ponto alto do I Fórum Social Nordestino foi a passeata que saiu da praça do Derby passando pela Avenida Conde da Boa Vista (uma das avenidas mais movimentadas de Recife), continuando pela Avenida Guararapes (co-

ração da capital de Pernambuco) e finalmente chegando à praça de Nossa Senhora do Carmo, eterno palco das grandes manifestações em Recife.

Foi uma marcha dos que gritam por mudanças, dos que nunca perderam a esperança, dos que transformam suas lutas em vitória, fazendo do toré um grande balé ritualístico de mais de 10 mil pessoas famintas de Justiça e Paz.

## I Encontro Macro-Regional de Professores do Leste e Nordeste

Roberto Saraiva  
Cimi NE

**P**rofessores, professoras e lideranças dos povos Pankará, Truká, Atikum, Pankararu, Pipipã, Kapinawá, Kambiwá, Xukuru, de Pernambuco; Pataxó Hã,Hã,Hãe, Pataxó, Tupinambá de Olivença e de Belmonte, Tuxá de Rodelas, na Bahia; Xukuru-Kariri, Koiupanká, Karuazu, Kalankó, de Alagoas; Anacé e Tabajara no Ceará; Potiguara da Paraíba e Xacriabá de Minas Gerais, reuniram-se em novembro na aldeia Vila de Cimbres do Povo Xukuru do Ororubá na cidade de Pesqueira, realizando um momento histórico para o movimento de professores(as) indígenas e lideran-

ças de todos esses povos que ali se encontraram. O objetivo central foi discutir a educação escolar, promover a articulação dos professores e das professoras indígenas e fortalecer o movimento indígena.

No encontro foi apresentado um diagnóstico da situação da Educação Escolar Indígena em cada estado, onde ficou identificado que em todos os estados a marca do descaso, do desrespeito aos direitos dos povos são vistos em todos os setores.

“ O Governador do meu estado nem sabia que as escolas indígenas eram estadualizadas”, afirma a educadora Rosângela Xukuru-Kariri, de Palmeira dos Índios (AL). A fala desta professora reflete

a atenção dos governantes com a educação escolar indígena.

No debate ficou claro a necessidade de se construir, onde não se construiu, e implementar uma política de educação escolar indígena de acordo com os anseios e elaboração destes povos, que garanta a diferença e a especificidade, e que apesar de se ter uma legislação farta para o respeito a essa diversidade, na prática não está sendo respeitada pelos municípios, estados e governo federal.

Os professores indígenas enfrentam problemas de toda ordem, seja no atendimento, na formação ou na contratação de profissionais. Contudo, percebem também que há muitos avanços em relação ao movimento de professores. “É devido à nossa

organização que estamos garantindo a participação efetiva de nossas comunidades nas decisões da vida escolar, como a escolha dos/as professores/as, vigias, merendeiras, estamos conquistando mais autonomia política e pedagógica e desconstruindo de fato o modelo de escola que nos foi imposto”, avalia Zé Reis Xacriabá.

Na mesma linha, Pretinha Truká concorda com Reis, “entendemos que existe uma distinção entre educação indígena e educação escolar indígena. Educação Indígena a gente tem desde quando nascemos, no terreiro, na casa, com os mais velhos, enquanto que a educação escolar é quando aos 5 ou 6 anos vamos para a escola aprender a sistematizar os conhecimentos”.

# A pesca ilegal e predatória continua em terra indígena no rio Purus

As comunidades indígenas Terra Nova, Vila Nova, Santa Rita, Bacuri e São Francisco, localizadas na terra indígena Itixi Mitari, na margem esquerda do rio Purus, na região dos municípios de Tapauá, Beruri e Anori, AM, protocolaram no dia 23 de novembro 2004 um documento na Administração Regional da Funai, no Ibama e no Ministério Público, denunciando a pesca ilegal e predatória nos rios que cortam suas terras. O documento foi elaborado por ocasião de um encontro das comunidades para discutir a demarcação e fiscalização da referida terra indígena, ocorrido no dia 20/11/04.

Segundo a denúncia das comunidades indígenas "dois barcos estão pescando jaraqui ovado com arrastão na boca e no interior do lago do Itaboca" e que "esse tipo de pesca também acontece na boca e dentro do lago do Joari normalmente no mês de janeiro (de cada ano) quando o jaraqui da escama grossa desce para desovar no rio Purus". Informam igualmente que a "pesca de caixinha" é feita por invasores durante o ano inteiro no interior da terra indígena.

O integrante da coordenação do Cimi Norte I, Francisco Loebens, convidado pelos índios para participar do encontro, na viagem de volta da área indígena constatou no lago do Itaboca a presença dos barcos de pesca Araçanga I, Figueira I e Gilmara Vallente e foi informado pelos ribeirinhos que o barco Meu Reis, havia deixado a terra indígena recentemente carregado de jaraqui ovado.

Esta não é a primeira vez que as comunidades indígenas denunciam às autoridades a pesca ilegal e predatória no interior da terra Itixi Mitari. No primeiro semestre Ibama e Funai, depois de terem sido informados pelos índios e pela equipe local do Cimi da presença de peixeiros na terra indígena, se deslocaram até a região, mas não resolveram o problema.

A reivindicação indígena é que desta vez, após a terra Itixi Mitari ter seus limites declarados pela portaria 2578 de 21 de setembro/04, do Ministro da Justiça, os órgãos competentes ajam de forma imediata e com rigor para proibir a pesca no interior da terra indígena e a pesca predatória em toda região que prejudica as populações locais. (Cimi Norte I)

## Caso Xicão Xukuru

# Envolvido no assassinato foi condenado a 19 anos de prisão

O acusado de envolvimento no assassinato do cacique Xicão Xukuru, Rivaldo Cavalcanti de Siqueira, foi condenado a 19 anos de prisão por ter participado do crime como intermediário entre o fazendeiro mandante, José Cordeiro de Santana, e o autor dos disparos, José Libório Galindo.

O assassinato foi considerado crime de pistolagem, motivado por conflito de terra. Xicão foi liderança importante no processo de luta do povo Xukuru pela demarcação de suas terras, localizadas em Pesqueira, Pernambuco. "O crime foi uma tentativa de desmobilizar o povo em sua luta pela terra. Na sentença, o juiz deixou claro que a morte foi grave não só por ter sido um homicídio, mas porque levou ao acirramento dos conflitos entre índios e fazendeiros da região. Outros crimes contra os Xukuru que aconteceram depois do assassinato de Xicão vieram no contexto de impunidade que havia até hoje.", afirma a advogada Rosane Lacerda, assistente de acusação do caso. "A sentença deixou evidente que o conflito fundiário foi o motivo para o assassinato. Essa decisão demonstra que os índios tinham razão ao defenderem que era um crime de pistolagem", relata a advogada.

Entre as hipóteses investigadas pela Polícia Federal, havia também as de crime passional e de disputa interna de poder. Ambas eram rejeitadas pelos indígenas desde o



início das investigações. "Por anos a Polícia Federal pôs em dúvida a versão dos índios", afirma Rosane, que acredita que esta decisão terá reflexos nos julgamentos de outros crimes contra os Xukuru, entre eles o do assassinato de Chico Quelé e a emboscada contra Marcos Xukuru - filho de Xicão e atual cacique daquele povo -, que causou a morte de dois indígenas.

Esta é a primeira vez em que a Justiça Federal de Pernambuco pune um acusado de participação em assassinato ligado a um povo indígena.

Atendendo a condenação do júri popular, o juiz federal substituído Jorge André de Carvalho Mendonça, da 16ª Vara da Seção Judiciária Federal de Pernambuco, proferiu a sentença considerando como agravantes o fato de Siqueira ter se envolvido no planejamento do crime em troca de dinheiro (por motivos torpes, no linguajar jurídico), além do crime ter sido uma emboscada, pegando a vítima de surpresa.

Durante o julgamento, o acusado confessou que tinha 18 anos quando se envolveu no primeiro homicídio, do qual foi inocentado, e que porta armas desde então. Siqueira, que também está sendo processado por outros delitos, cumprirá a pena em regime fechado, porque o crime do qual participou é considerado hediondo.

"Justiça!" foi a palavra de ordem do Povo Xukuru para o julgamento do caso de seu Líder

Assine o **PORANTIM**  
Em defesa da causa indígena

Caixa Postal 03679 - CEP: 70.084-970 - Brasília-DF

Inclua seus dados: Nome, endereço completo, telefone, fax e e-mail.

Se preferir faça depósito bancário: Banco Real Ag: 0437 C/C: 7011128-1 - Cimi-Porantim.

Envie cópia do depósito bancário para o fax (61) 225-9401, especificando a finalidade do mesmo.

## PREÇOS

Ass. anual: R\$ 30,00

\*Ass. de apoio: R\$ 50,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do País.

Faça sua assinatura pela internet: [adm.porantim@cimi.org.br](mailto:adm.porantim@cimi.org.br)

# COERÊNCIA MISSIONÁRIA

Dom Franco Masserdotti  
Presidente do Cimi

**H**á tempo, faleceu um amigo sacerdote de nossa diocese de Balsas-MA. Tinha 32 anos.

Nós tínhamos grandes projetos para ele para quando tivesse completado os estudos em Roma. Mas Deus tinha outro projeto. Ele sabe o que é melhor e nós, mesmo com muita saudade no coração, proclamamos com firme esperança: "Seja bendito o nome do Senhor". Ele antes de morrer nos deixou um lindo testamento espiritual. Eis alguns trechos:

Aqui estou para que Deus me dê mais alguns anos de vida, isto se possível, se não já estou pronto.

Desejei amar de corpo, alma e espírito a todos(as) e a tudo, mas hoje, tudo que desejo é voltar a viver como a pessoa mais coerente, feliz, responsável, como um homem íntegro, como um sacerdote do Senhor.

O que me impressiona deste amigo é a grande preocupação pela COERÊNCIA em seu compromisso sacerdotal a serviço do Reino. Ele queria evangelizar com o testemunho da vida.

A coerência é uma virtude missionária fundamental. Jesus em sua vida e em sua missão foi um grande mestre de coerência.

## A coerência de Jesus

Deixada a sua profissão de carpinteiro, Jesus apresentava-se aos olhos do povo como simples mestre de religião. Não tinha nenhum apoio político ou de instituição religiosa. Não obstante, todos se admiravam porque falava "como quem tem autoridade" (Mt 7,29) e diziam que "jamais homem algum falou como este homem" (Jo 7,46).

O fascínio provinha da sua sinceridade e da coerência entre a vida e a mensagem. A palavra de Jesus era cheia de força (mesmo quando instrumentalizada ou recusada), porque partia da sua vida e por isso penetrava na vida. Jesus podia dizer: "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14,6), "Eu faço sempre aquilo que agrada ao Pai" (Jo 8,29).

Jesus falava do dever de deixar tudo: sua vida era impregnada pela lógica do dom e da comunhão com o pobre, e pela recusa a qualquer acumulação e exploração. "As raposas têm as suas tocas, e as aves do céu seus ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça" (Mt 8,20 Lc 9,58).

Jesus falava de serviço: toda a sua vida era serviço contra toda a lógica do poder (Mc 9,32-36; 10,41-46, Lc 17,7-10; Jo 13,1-17).

Jesus falava da fraternidade universal: todo o seu procedimento era voltado à criação de novas relações sociais, onde todos são respeitados e os fracos são privilegiados. A sua vida era uma militante oposição ao sistema e uma contestação à hierarquia entre as pessoas, baseada na posse de bens materiais, na pertença religiosa, política, de classe ou nação (Jo 17,20-23). Jesus falava de oração. Mas era a sua vida que se caracterizava por uma contínua compenetração contemplativa do Pai (Lc 10,22).

## Nossa coerência missionária

O missionário é, como Jesus, aquele que anuncia o Reino, em primeiro lugar com a coerência de sua vida. A missão realiza-se mais no ser que no fazer ou dizer. Caso contrário, a evangelização corre o risco de ser uma mera propaganda religiosa. Recordo que o Papa Paulo VI dizia aos evangelizadores: "Acreditais de verdade naquilo que anunciais? Viveis aquilo em que acreditais? Pregais verda-

deiramente aquilo que viveis? O testemunho de vida tornou-se mais do que nunca uma condição essencial para a eficácia profunda da pregação. (Evangelii Nuntiandi, 76).

Maria foi grande fonte de inspiração para isso (Lc 2,46-55). Maria conseguiu perceber o Senhor como única riqueza e

único sucesso e não ver outra posse além da contemplação das obras que Deus realizou nela e ao redor dela.

Maria conseguiu perceber Deus como única realidade, e tornou-se completamente disponível aos seus planos de vida no dia-a-dia concreto de sua vida.

Levou tão a sério a Palavra de Deus a ponto de sua escuta e o seu assentimento darem Corpo ao Verbo, isto é, à Palavra do Pai doada à humanidade.

Maria não reservou nada para si, para dar-se completamente ao amor de Cristo e da humanidade, e confessar, com a coerência de vida, a esterilidade dos projetos puramente humanos e a fecundidade de todo projeto aberto para a obra de Deus.



## A língua geral paulista

Embora muitos pensem que a língua tupi tenha ficado restrita aos aldeamentos indígenas, a realidade foi bem diversa. Como a maioria dos portugueses vinha só, sem família, a maioria casou-se com mulheres indígenas, sobretudo de língua tupi e guarani. Dessa maneira surgiram várias formas de tupi dialetal, segundo a região e os povos com os quais ocorria a miscigenação.

Usa-se *língua geral* para esse tipo de dialeto tupi que incorporou não só palavras, como construções sintáticas portuguesas. No Brasil houve pelo menos três línguas gerais: a paulista, a amazônica do século 18 e o *nheengatu*, falado até hoje na região Norte.

Da língua geral paulista pouco se conservou, embora haja depoimentos de muitos cronistas e viajantes que se referem a seu uso. O governador Pais de Sande, num relatório de 1692 ao rei de Portugal, afirma que em São Paulo "os filhos primeiro sabem a língua do gentio do que a materna [sic]" (In: Holanda, 1979: 89).

Hoje se sabe que os bandeirantes, pelo fato de falarem tupi, espalharam topônimos tupis pelas diversas regiões onde passaram, como Minas Gerais e Goiás, embora predominassem indígenas de língua jê (ver *Porantim*, jul., 1999:11). No episódio da *guerra dos emboabas* há um documento onde é narrado um episódio em que os paulistas, falando em tupi, planejavam matar o governador que passava por Minas, num velado apoio aos portugueses (In: Taunay, *Relatos Sertanistas*, 1981: 72).

Embora o uso das línguas indígenas tenha sido proibido em 1757, com o *Diretório* do Marquês de Pombal, o tupi paulista se manteve por quase um século, em alguns redutos tradicionais, como a região de Porto Feliz, à beira do Tietê. Foi aí que Couto de Magalhães recolheu, por volta de 1860, a seguinte quadra:

Ixê, man, guirá mirim! / Xá rekó, man, ce pepó  
Xa bebê ne rekakuera / Xá puama ne rekó...

A tradução portuguesa é: "Se eu fosse um passarinho, quem me dera! Eu teria minhas asas, voaria ao teu encontro e me alçaria ao pé de ti" (Couto de Magalhães, [1913]:299)

Muitas palavras, que se usam ainda hoje em todo Sudeste, mantidas através do dialeto caipira, são reminiscências desse período, como *pirar* (fumar; etim. *petum*=fumo), *empetecar* (exagerar na pintura do rosto; etim. *peteka*=bater com a palma da mão); *pamonha* (bolo de milho cozido na água; etim. *pomonga*=pegajoso), *curau* (creme de milho; etim. *kure*=ralado + *u*=comida), *canjica* (milho seco cozido; etim. *kangy*=mole + *kaa*=planta [milho]), *lengalenga* (conversa mole; etim. *nhenga*=fala, conversa); *tantã* (pessoa de compreensão difícil; etim. *atã*=duro).

O maior registro dessa língua geral foi publicado pelo naturalista alemão Carl F. Von Martius, no seu importantíssimo livro *Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossários de diversas línguas e dialectos que fallao os índios do Império do Brazil* (Erlangen, 1863), até hoje sem edição brasileira. Contém vocabulários de vários povos indígenas, com uma tradução latina e alemã. Entre eles há uma listagem de palavras que chamou de *tupi austral*, coletada por Emile Adêt, um francês que deve ter estado no Brasil no século 18 e que foi parar, em péssimo estado, nas mãos de Ferdinand Denis, da Biblioteca de Sainte Geneviève, de Paris, que por sua vez doou a Martius.

Entre as palavras coletadas há várias do linguajar religioso, criadas talvez pelos jesuítas como: salvar (= *boaçã*), confessar (= *monbéu*), rezar (= *ôçãã Tupã nheém*). Outras são expressões do dia-a-dia: gastar dinheiro (= *môçãe itoyú*), roçar (= *mondôque ôpacatu caã*) e lutar (= *marâmônhagã*).

Infelizmente essa linguagem pouco interessou os lingüistas. Quem sabe se pelas comemorações dos 450 anos de São Paulo alguém se empenhe na sua publicação.

### BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Pe. Antônio Lemos. Pequeno vocabulário tupi-português. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1955.  
COUTO DE MAGALHÃES, José V. O Selvagem, 2ª. São Paulo, Livr. Magalhães, [1913].  
HOLANDA, Sérgio Buarque de. A língua geral em S. Paulo. In: Raízes do Brasil. 13ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1979, p. 88-96.  
RODRIGUES, Aryon. As línguas gerais. In: Línguas brasileiras. São Paulo: Loyola, 1986, p. 99-109.  
TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Col. Reconquista do Brasil, Nova Série, v. 34).

# Rio Babel

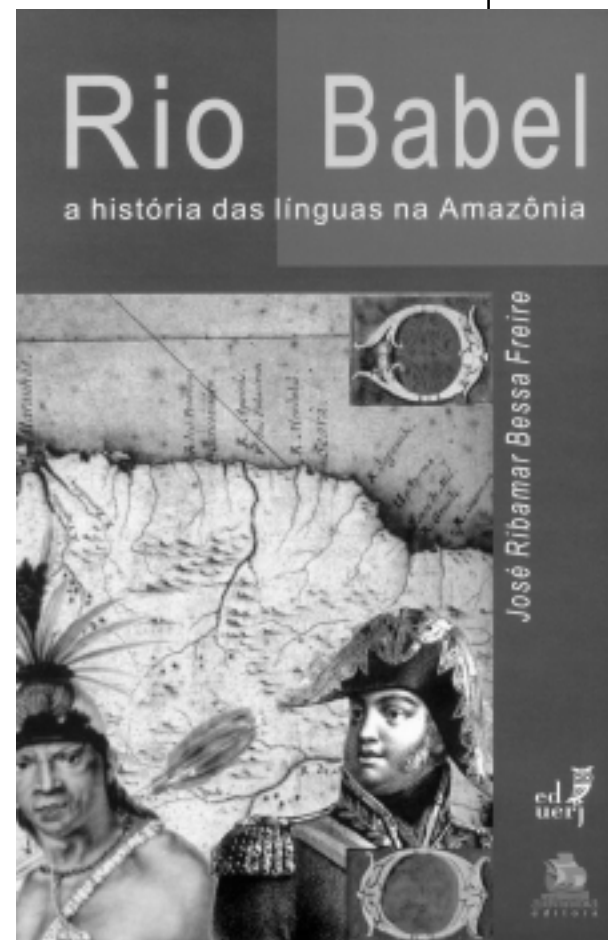
## A história das línguas na Amazônia

José Ribamar Bessa Freire \*  
Rio de Janeiro : Atlântica/EdUERJ  
272 p. R\$ 36,00  
(21) 2221-4164

Obra indispensável para se compreender o Brasil, suas origens e populações, este livro analisa a violência das políticas coloniais lusitanas na imposição do português durante a conquista do território amazônico, fato que ocasionou a extinção de vários dos quase 700 dialetos indígenas falados nas margens do "Rio Babel" expressão cunhada pelo padre Antônio Vieira diante de seu fascínio pela riqueza dialetal da região.

Num texto ágil, o autor frisa a importância do intercâmbio entre o tupi e o português durante a vigência do bilingüismo, que perdurou até meados do século XIX. Acena ainda para um dinâmico sistema de trocas simbólicas entre culturas alienígenas e aborígenes, num processo continuamente abastecido pelo lastro da tradição oral e pela vitalidade da produção literária.

Fruto de pesquisas históricas bem conduzidas e documentadas que contribuem para esclarecer a realidade lingüística da população amazônica dos séculos XVII ao XIX, aborda, entre outros assuntos, a história e a extensão da língua geral amazônica ainda pouco conhecida e, por isso mesmo, obscura por equívocos e idéias preconcebidas, apresenta um quadro geral das línguas na região, trata das políticas lingüísticas do período e finaliza apresentando a passagem da língua geral ou *nheengatu* para o português. Isso nos traz a chave para entender como a Amazônia, metade do território da América portuguesa, e onde a maior parte da população falava a língua geral foi incorporada à nação brasileira.



Ao penetrar nesse mundo, guiado pela escrita clara e segura do professor José Ribamar Bessa Freire, o leitor vai conhecer desvãos da nossa história cujo acesso lhe foi sonogado na escola e continua sendo obliterado nas versões canônicas e nos discursos oficiais, mas presentes na língua que falamos e escrevemos.

\* José Ribamar Bessa Freire é professor de História Indígena e Educação Indígena na UNI-Rio e na UERJ. Nesta última universidade, coordena o Programa de Estudo de Povos Indígenas e defendeu a tese de doutorado que resultou neste livro.

www.cimi.org.br

O espaço  
renovado  
da luta  
indígena



# A Grande Enchente

*Ngoamã*, o Criador, vendo que a humanidade estava morrendo, devorada pelas cobras, onças e maus espíritos, quis salvar sua criação. Decidiu matar esses animais e espíritos com um grande dilúvio.

Mandou *Sen Pilun*, a cobra grande do rio, segurar as águas de cima. Ela tinha um rabo muito grande, com o qual fechava a porta da represa, que ficava entre as altíssimas montanhas.

O criador lhe disse: "Faça a água subir, para cobrir as árvores e as montanhas. Só os picos mais altos devem ficar fora d'água, pois a humanidade subirá neles, podendo sobreviver".

Pouco a pouco os montes e as árvores sumiram debaixo d'água. As onças, as cobras e os maus espíritos ficaram nadando na superfície, sendo atacados pelas piranhas e pelas onças d'água.

*Ngoamã* continuava na sua casa, no céu.

Ao escalar as montanhas, alguns homens foram atacados por onças. Quando o criador viu que as

montanhas estavam sendo tragadas pelas águas, percebeu que *Sen Pilun* não estava obedecendo a suas ordens. Decidiu então matá-la.

Criou o veneno curare e a *sarabatana*, que atirava setas envenenadas. Lançou uma seta envenenada no pescoço da cobra, que deu um pulo e abandonou a entrada da represa, indo para o Leste, transformando-se numa grande pedra que existe até hoje.

Quando as águas começaram a baixar, viu que toda a humanidade havia perecido.

Como as árvores estavam secas, houve um grande incêndio, que destruiu o que sobrara.

O Criador mandou depois uma grande chuva, que levou embora todo o carvão. Foi então que a mata voltou a brotar e a humanidade reapareceu.

(Versão adaptada por Benedito Preziosi do mito desana A história de Sen Pilun... In: KUMU, Umúsin & KENHÍRI, Tolamã. Antes o mundo não existia. A mitologia heróica dos índios Desâna. São Paulo: Cultura, 1980, p. 135-138).

